

País fecha acordo para os juros atrasados

Depois de seis meses de negociações, o Brasil e os bancos credores chegaram a um acordo ontem quanto aos juros atrasados vencidos até 31 de dezembro de 90. O Brasil paga US\$ 2 bilhões este ano, sendo que US\$ 900 milhões assim que o acordo for acertado com os demais 600 credores e o restante, US\$ 1,1 bilhão, em oito prestações iguais. O pagamento dos juros não poderá exceder a US\$ 2 bilhões. O restante dos atrasados, ou cerca de US\$ 6 bilhões, serão pagos em bônus resgatáveis em dez anos com três de carência. Há novidades no acordo: os bônus têm juros fixos e a amortização deles será progressiva, ou seja, a maior parte só começará a ser paga depois de cinco anos (veja abaixo).

O coordenador do comitê que assessora os bancos credores, William Rhodes, do Citibank, disse que "o acordo é um passo importante para o Brasil restaurar suas boas relações com a comunidade bancária internacional". Em entrevista coletiva, como relata de Nova York **Régis Nestrovski**, o embaixador Jório Dauster, negociador da dívida brasileira, disse achar importante o acordo, mas lembrou que "há uma idéia consolidada de que o estoque da dívida de US\$ 50 bilhões é impagável".

O presidente Fernando Collor fez elogios à equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello e ao embaixador Jório Dauster, ao anunciar ontem à tarde o acordo. "Todos estamos de parabéns, principalmente a equipe econômica", disse o presidente. Collor classificou o dia de ontem como "importantíssimo" para o governo e a sociedade brasileira.

O ministro interino da Economia, João Maia, informou o presidente do fechamento do acordo, antes de uma reunião marcada para as 16 horas. Quase ao mesmo tempo, a ministra Zélia Cardoso de Mello também tomava conhecimento da notícia, durante uma escala em Los Angeles, no seu voo de volta do Japão. Zélia deixou Nagoya, onde participou da assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (veja na página 10), antes da conclusão das negociações.

Até o acerto de ontem, o Brasil queria pagar US\$ 600 milhões e os



José Varela/AE

O ministro interino da Economia, João Maia, anunciou o acordo ao presidente Collor.

bancos queriam receber US\$ 2,5 bilhões. Antes da formalização, o acordo será levado à consideração do Senado Federal em Brasília, mas Dauster acredita que ele está dentro do conceito da capacidade de pagamento do País. "Estabelecemos um limite de US\$ 2 bilhões para os atrasados. Quanto aos juros atuais, estamos pagando desde o dia 1º de janeiro 30% do que vai vencendo. A amortização crescen-

te é algo inédito, assim como as taxas de juros negociadas são históricas. Há novidades no limite máximo e no mínimo. Pela primeira vez, o país devedor conseguiu proteção da alta dos juros", disse Jório Dauster.

Ele não quis comparar a situação brasileira com a da Polônia, que teve metade de sua dívida perdoadada por Washington. "É um caso diferente. Antes do Brasil, só

a Costa Rica e a Nigéria chegaram a uma negociação com atrasados. Um acordo global passava pelos atrasados. Não quer dizer que da noite para o dia haverá investimento estrangeiro no Brasil, mas é um clima que foi criado com o acordo. Um bom clima com a comunidade financeira internacional ajuda ao investimento estrangeiro, mas o que vai decidir será a economia interna e o controle da inflação. Apesar de algumas cassandras terem dito que não sabíamos negociar, hoje o quadro é positivo do Brasil junto à comunidade internacional. O setor privado, inclusive, já remeteu US\$ 100 milhões este ano. Há uma normalização", disse o negociador da dívida brasileira.

Jório Dauster fez uma comparação com a negociação de 88 por parte do governo Sarney. "Em 88, foram pagos um terço dos juros. Agora vamos pagar 25%. Em 88, parcelas em dinheiro foram pagas em três prestações, agora 45% de entrada e mais 8 prestações com os 55% restantes. Em 88, os juros eram pela taxa Libor. Agora, são juros fixos", afirmou Dauster.

O comitê assessor dos bancos credores tem que ter 95% dos seus integrantes concordando para o fechamento do pacote. O comitê foi reduzido para 21 bancos, já que o banco BNP, da França, não tem comparecido às últimas reuniões. As negociações para um acordo de médio e longo prazos começarão em breve.

Veja repercussões no mercado financeiro na seção Seu Dinheiro.